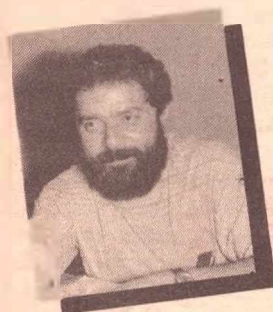


PT BOLETIM NACIONAL

ÓRGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PMDB GANHA O CAMPEONATO DO ARROCHO



LULA:

“Acho que a campanha pelas diretas está dando certo. Em alguns estados como São Paulo, Brasília, Bahia, Alagoas e Sergipe fizemos comícios

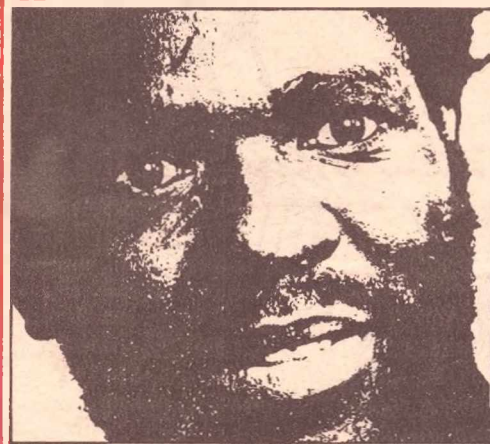
fabulosos (...) As pessoas que ficam visualizando 84 para medir como fracasso a campanha de 87 estão cometendo um equívoco muito grande. A campanha deste ano está sendo feita por alguns partidos de oposição e, se levarmos em conta a fragilidade econômica dos que a estão organizando, chegaremos à conclusão de que ela é um sucesso quase que absoluto.

Se não bastasse tudo isso, é preciso não perder de vista a apatia que tem tomado conta da sociedade brasileira. A apatia e falta de crença de um povo que foi muito enganado. Enganado nas eleições de 84 quando esperava conquistar eleições diretas e não conseguiu. Esperava que Tancredo Neves fizesse mudanças e ele morreu. Imaginou que o Plano Cruzado fosse definitivo e que fosse dar certo e não deu certo o Plano Cruzado I, nem o II, nem o III...”

Lula avalia a campanha - pág 7

Há vinte anos atrás, o então MDB convocou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para denunciar o arrocho salarial do primeiro presidente do regime militar, o general Castelo Branco. A CPI conclui que, em quatro anos, os trabalhadores tiveram uma perda média de 12%. Com a Nova República, o roubo praticado pelo PMDB, nos salários dos trabalhadores, em um único mês, chegou ao dobro disso. O salário mínimo atual está 20% abaixo da chamada “linha da fome”. Mas apesar da recessão, os trabalhadores começam a reagir. Até a Justiça do trabalho está revoltada com o arrocho da Nova República.

Cláudio Cerri - Pág. 2



Este homem não pode morrer

Ele é preto e metalúrgico. Ele está preso e pode morrer. Ele é Moses Mayekiso, secretário geral do sindicato metalúrgico da África do Sul. Não deixe que o matem. Envie sua carta ou telegrama de protesto - pág. 4



Paulo Delgado

A MORTE ANUNCIADA

página 4

Gumerindo Milhomem

PORQUE PRESIDENCIALISMO

página 6

Wladimir Pomar

O DEBATE DA GREVE

página 8

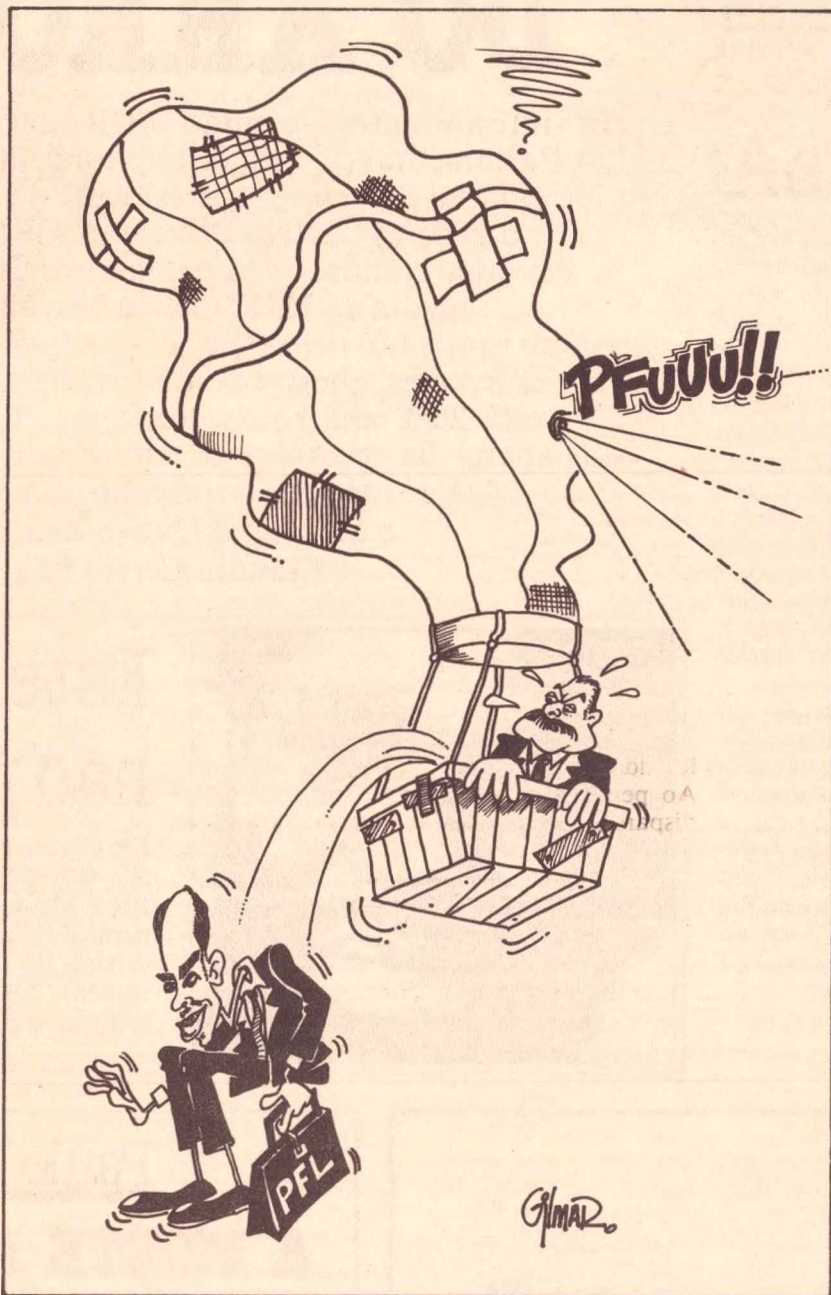
O ajuste de contas da primavera

O PMDB fez política de terra arrasada com os salários. Agora vem o troco.

Começou a primavera tão temida pela Nova República. Greves e mobilizações salariais brotaram em vários pontos do país agitando o movimento sindical e devolvendo-lhe vida nova, após a frustrada tentativa de paralisação nacional em agosto. Conforme havia previsto o Boletim Nacional, em sua última edição, essa retomada das reivindicações salariais era mais ou menos inevitável. Cerca de 45% da mão-de-obra assalariada de São Paulo têm dissídios e acertos salariais a serem feitos neste último quadrimestre do ano - bancários, metalúrgicos, comerciários, entre outros. Grosso modo, as perdas salariais desses trabalhadores - descontadas antecipações, resíduos etc - somam algo como 50%. Ou seja, eles estão sobrevivendo com metade do poder aquisitivo que possuíam no final do ano passado. Se acrescentarmos aí eventuais ganhos de produtividade, seriam necessários reajustes da ordem de 60% para reequilibrar os salários dessas categorias.

Essa brutal perda de poder aquisitivo tende a se agravar com o avanço oficial da flexibilização de preços (que começou faz tempo). Daí porque os dissídios concentrados nesta primavera têm um sabor especial de ajuste de contas dos assalariados com a política econômica do PMDB. Pimpão e lampeiro, o ministro do PMDB, Luís Carlos Bresser Pereira, imaginava que graças a uma boa dose de recessão e fortes taxas de desemprego, esse ajuste de contas jamais ocorreria.

Ou seja, os sindicatos vergariam diante da retração do mercado de trabalho, rendendo-se ao papel que lhes foi reservado dentro do Plano Bresser. Qual era esse papel? Rasteiro, claro. Tão rasteiro que nem os Tribunais Regionais do Trabalho - de longa tradição reacionária - o estão respeitando. A idéia do ministro do PMDB era simplesmente desconsiderar a inflação - sideral -, ocorrida antes do congelamento de junho, para efeito de cálculo dos novos dissídios. Quer dizer, a orgiástica remarcação preventiva de preços de junho (26%) iria para o beleléu. Segundo o Plano de Consistência Macroeconômica, a inflação a ser discutida "livremente" nos dissídios seria a de



julho em diante. Picaretagem grosseira. Mas se emplacasse, a tão temida primavera dos ajustes jamais chegaria. A razia sobre os salários atenuaria as pressões das empresas por reajustes de preços.

O Plano Bresser exibiria um aparente sucesso às custas de uma brutal perda de renda dos assalariados.

Apesar da recessão, porém, o movimento sindical ensaia um pipocar de mobilizações que pode mudar o cenário econômico. Além disso, os próprios juizes do trabalho não têm demonstrado total simpatia pela matemática oportunista do ministro do

PMDB. Alguns dissídios que foram a julgamento em São Paulo, por exemplo, como o dos bancários, incluíram em suas considerações a inflação anterior ao Plano Bresser. Tudo indica, portanto, que o conflito distributivo, que está na raiz da crise atual, irá recuperar seu espaço no debate econômico. A falta de opções da Nova República para resolver esse desafio, sem esfolar a população, representa um duro revés às vésperas de um novo ano eleitoral.

O desgaste do PMDB com a atual política econômica não deve ser subestimado. O mesmo partido que denunciou o arrocho

salarial da ditadura, agora patrocina uma política tão ou mais agressiva que a dos regimes militares. É incrível, mas os números mostram isso mesmo. Em 1967/68, o então MDB - Movimento Democrático Brasileiro - convocou uma CPI para denunciar o arrocho salarial praticado pelo governo Castelo Branco. A CPI foi proposta por Mário Covas e presidida por Franco Montoro. Sua conclusão: ao longo de quatro anos de razia da dupla Bulhões-Roberto Campos (1964/67), os trabalhadores tiveram uma perda média de renda da ordem de 12%. Quem recorda essa taxa é o professor Dércio Garcia Munhoz, respeitado economista da UnB e um dos consultores daquela CPI.

O arrocho deflagrado pela dobradinha da ortodoxia - Bulhões/Campos - ao longo de quatro anos de ditadura militar, é o mesmo que a metade do roubo que o PMDB quer perpetrar contra o bolso dos assalariados. E isso considerando-se apenas a tentativa de surrupiar a inflação de junho (26%).

Claro que o arrocho promovido pela ditadura aprofundou-se após 1967, na medida em que a repressão destruiu a resistência sindical. De qualquer forma, bom lembrar que estamos comparando quadriênios e mesmo quinquênios de regime militar com meses de gestão ortodoxa do PMDB. E para que não restem dúvidas, basta dizer que o mínimo atual (miseros US\$ 51) é inferior àqueles que o próprio Delfim Neto nos legou, após quatro anos pisoteando a jugular dos trabalhadores. Durante o reinado do "gordão sinistro" (1980/84), o mínimo recuou drasticamente, caindo de US\$ 116 para US\$ 63.

A Nova República, porém, conseguiu fixá-lo em 19% abaixo dessa linha de fome. São marcas sinistras como essa, e a lógica econômica que está por trás delas, que tendem a ser colocadas em xeque nesta primavera de mobilizações salariais. A continuidade e o fôlego desses movimentos, portanto, são cruciais para a definição do quadro político e econômico de 1988.

Claudio Cerri

GREVE



Repressão defronte à Kolbach

Em Guaramirim, Santa Catarina, os trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário cruzaram os braços desde o dia 17/8. Os patrões responderam com toda sua "democracia": polícia, choque, juiz, equipamento de som, jogando carros e caminhões sobre o piquete. No dia 18/8 os trabalhadores também pararam as máquinas da Neves S.A. No dia 20/8 permaneceram de braços cruzados e iniciaram uma passeata que passou pela Menegotti e pela Kolbach, terminando com um ato público em frente à Prefeitura Municipal. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaraguá do Sul/SC.

Violência em Utinga

O município de Utinga, no distrito de Bonito/BA, foi palco de uma das maiores violências cometidas durante as manifestações da Greve Geral do dia 20, convocada pelas centrais sindicais CUT e CGT. O movimento sindical de Utinga mobilizou os trabalhadores do café - os bóias-frias - para participarem das manifestações da greve e quando eles se dirigiam para uma manifestação pública em Bonito foram violentamente agredidos pelos senhores do café, prepotentes politiquieiros da região. Nesse mesmo dia um vereador do PT, Antonio Moura, foi baleado pelas costas. O pároco local, padre Pedro Luiz Ghirelli relatou assim o fato: "Atendendo ao pedido dos trabalhadores emprestei meu carro com a instalação de som para fazer a divulgação da greve e a comemoração do dia do lavrador. Na madrugada do dia 20 os trabalhadores fizeram piquetes nas estradas colocando alguns galhos de ma- to."

Muitos carros chegaram e concordaram em parar, mas não faltaram os casos de carcerismo. O Sr. Deval, gerente da fazenda Lagedinho, jogou o carro em cima do povo. Em seguida voltou com dois revólveres ameaçando atirar. O Sr. Nezinho também quis jogar o carro em cima do povo. Não conseguindo desceu com o pau que tinha trazido e começou a bater. Por volta das 9 horas a moça Sirlene foi de carro a Telebahia para telefonar. Ela foi impedida. Voltou co-

municando o fato ao grupo de grevistas. O vereador Moura estava lá. Escutando o acontecido ele resolveu ir até o centro para dar apoio e conseguir o telefonema. Seguiu com o carro de som acompanhado de crianças e mulheres. Quando foram entrando no centro de Bonito um grupo de comerciantes, fazendeiros e gerentes armados de revólver se aproximou e cercou o carro. Foram reconhecidos Miltão, Vilobaldo, Marão, Jurandi, Osvaldo e Orácio, mas havia outros. Vilobaldo levantou o revólver contra Moura. Ao perceber isso Moura correu. Vilobaldo disparou três tiros. Dois acertaram nas costas de Moura que continuou correndo e depois caiu. Alguém perto dele falou: acaba de matar. No mesmo instante a turma de bandidos armados cercou o carro tirou e maltratou o motorista e começaram a bater no carro com paus e facões. Quebraram os vidros, os faróis, as caixas de som e amassaram tudo."

Não bastando tamanha violência, quando, mais tarde, os trabalhadores se reuniram em um salão - mais de 100 trabalhadores - foram novamente agredidos. Dali a poucos minutos a polícia local chegou para intervir, mas ao invés de procurar os agressores prendeu as lideranças sindicais: o delegado sindical Jairo e os companheiros Jurandir, Gilmar e Hildo.

Alcides Modesto
deputado estadual PT/BA

Não deixe Moses morrer



Pela libertação de Moses Mayekiso, secretário-geral do sindicato metalúrgico da África do Sul (NUMSA) e membro da central sindical COSATU. Uma campanha da nossa Secretaria de Relações Internacionais.

Moses Mayekiso foi acusado de alta traição, em abril deste ano, e provavelmente será julgado até o final deste mês. Hoje, com 38 anos, Moses, que nasceu na área que atualmente é o "homeland" da Transkei e trabalhou na fábrica da Toyota, está detido no bloco "C" do presídio Mondeor de Johannesburg.

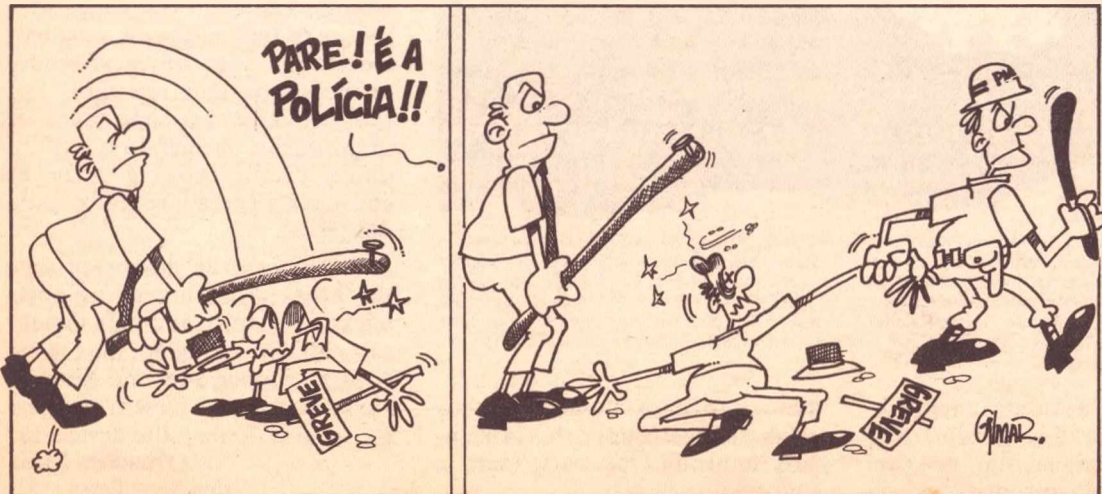
A exigência da libertação de Moses Mayekiso faz parte de uma campanha internacional que se desenvolve como parte do combate contra o Apartheid, pelo fim do "estado de emergência" e pela libertação de todos os presos políticos.

Para o PT a libertação dos presos políticos, militantes das diferentes organizações que lutam pela destruição do regime branco racista, em particular do líder Nelson Mandela e demais militantes da ANC, de Nkosi Molala, presidente da AZAPO, dos militantes da UDF, COSATU, NACTU, SWAPO e SWANU etc, constitui um dever de solidariedade internacionalista e de compromisso com a luta pela democracia.

Enviar cartas e telegramas exigindo a libertação de Moses Mayekiso a:
P.W. BOTHA - President
UNION BUILDINGS
PRETORIA 0001
REPUBLIC OF SOUTH AFRICA
com cópia para a Secretaria de Relações Internacionais do PT, sede nacional do PT - Av. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo/SP.

VIRADA NA UNE!

Depois de 8 anos com a direção da UNE, a tendência "Viração" foi derrotada no 38.º Congresso da UNE, realizado de 9 a 12 de outubro, em Campinas/SP. A vitória da oposição "Reconstruindo a UNE Pela Base" teve na atuação dos militantes petistas uma força decisiva. Valmir dos Santos, da História da Federal do Pará, e militante do PT é o novo presidente.



Senha para matar

**A UDR pode estar anunciando seus crimes.
Primeiro Josimo, agora Resende.**

Em abril de 1986, exatamente um mês antes do assassinato de Padre Josimo Tavares, o diretor da UDR (União Democrática Ruralista), em declarações publicadas no **O Estado de S. Paulo** e na **Folha da Tarde**, acusava padre Josimo de ser "um notório bandido". Poucos dias depois padre Josimo foi assassinado.

Declarações semelhantes foram publicadas, em 14/9/87, no **Jornal da Tarde**, de São Paulo, onde o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, afirma que o padre Ricardo Resende "é um bandido de alta periculosidade, está à frente de toda a agitação que ocorre na área e tem contrata-

do pistoleiros profissionais para as invasões".

Há um ano, quem fazia essas declarações era o Sr. Altair Veloso, médico e diretor da UDR. Agora, quem faz declarações semelhantes é o presidente da UDR, médico Ronaldo Caiado. No passado, essa declaração foi a senha do assassinato do padre Josimo: este ano, essa pode ser a senha do assassinato do padre Resende.

Nos últimos 6 anos, naquela região, foram assassinados 135 trabalhadores rurais e lideranças sindicais, não havendo apuração rigorosa de nenhum dos casos de assassinatos, sendo que assassinos,

mesmo com prisão preventiva decretada, estão livres em outros Estados da Federação.

Responsabilizamos o Sr. Ronaldo Caiado por declaração desse tipo, e o Ministério da Justiça por sua omissão caso o padre Ricardo Resende venha a ser assassinado nos

próximos dias, como ocorreu com o padre Josimo Tavares, em Imperatriz, no Maranhão depois que um dirigente da UDR declarou que ele era um bandido.

Paulo Delgado
deputado federal PT/MG



O golpe do latifúndio produtivo

Um acordo sinistro para livrar da Reforma as terras de um dirigente da UDR.

No alto sertão de Alagoas 39 famílias de posseiros da fazenda Pebba (município de Delmiro Gouveia) também foram vítimas da violência dos latifundiários da região. Desta vez, o latifundiário Clovis Isaias Filho acompanhado por seus capangas armados invadiu, no dia 7 de setembro, a roça que os posseiros ocupam desde 1984.

Clovis Isaias Filho afirma ter comprado as terras ocupadas pelos posseiros do também latifundiário Miguel Gandu Decach.

Quando os posseiros foram exigir que o latifundiário retirasse o gado da roça e parasse de construir a cerca, foram recebidos pelo fazendeiro e pelo tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Delmiro Gouveia. Ambos armados ameaçaram atirar para matar em quem tentasse entrar em suas terras.

Miguel Gandu Dedach, eleito recentemente presidente da UDR do sertão de Alagoas, fez, em novembro de 84, um acordo por tempo indeterminado com 66 famílias de trabalhadores sem terra da região para que estes ocupassem e produzissem uma



1) Corpos de posseiros da Fazenda Princesa - Marabá/1985; 2) Corpo de uma trabalhadora fuzilada - Ubá, São João do Araguaia/julho de 86; 3) Nativo da Natividade, presidente do STR de Carmo do Rio Verde/GO, assassinado em outubro de 85; 4) Corpos da chacina de Ubá; 5) Eloy Ferreira, líder sindical assassinado em 84; 6) Margarida Alves, presidente do STR de Alagoa Grande/PB, assassinada em 83; 7) Julio Rodrigues de Miranda, fundador do STR de Unai/MG, morto em outubro de 86; 8) Quintino Lira da Silva, fuzilado pelas costas em janeiro de 85; 9) Cova de trabalhadores emboscados na Fazenda Rio Bonito/MA.

parte de seu latifúndio (180 hectares) para torná-lo produtivo e, assim, inviabilizar um possível processo de desapropriação - já

que na época a Nova República prometia desapropriar os latifúndios improdutivos para fazer a Reforma Agrária.

Depois de entender que a tal da reforma agrária da Nova República não iria acontecer, resolveu tomar as terras de volta.

Encontrando resistência de posseiros, Miguel Gandu organizou, com o delegado do município, Sargento Correia, um esquema de repressão policial contra os posseiros. No dia 24 de julho, 18 policiais fortemente armados entraram na área. Fizeram várias prisões. Derrubaram e queimaram várias casas.

Apesar do conluio entre o Sargento Correia, o juiz do município, Edilson Ferreira de Moraes, e os latifundiários, e da violência que vêm desencadeando, os posseiros têm resistido. Deram prova de sua capacidade de organização obrigando o latifundiário Clovis Isaias a parar de construir a cerca e retirar o gado das terras.

O processo de desapropriação da área para fins de reforma agrária foi aprovado pela Comissão Agrária da região, mas se encontra "emperrado" no Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário desde julho deste ano.

*informações Jornal dos Sem Terra - AL

Mais um massacre de posseiros

A chacina de três trabalhadores, em Jarú/RO

Mais uma luta sangrenta pela posse da terra ocorreu no município de Jarú (RO), envolvendo 200 famílias.

Os posseiros entraram na área em setembro de 86 e iniciaram o plantio de arroz, mandioca, inhame, banana etc. Meses depois começaram a aparecer os jagunços da Fazenda Bom Futuro, cujos donos reivindicavam a propriedade das terras invadidas, fazendo ameaças aos posseiros. Seguido às ameaças vieram os incêndios aos barracos, a destruição da plantação e a matança da criação.

Impedidos de fazer a colheita do que haviam plantado, os posseiros recorreram ao INCRA que enviou dois técnicos com o objetivo de vistoriar a área e garantir a colheita. Entretanto, para surpresa dos posseiros, os técnicos apareceram no acampamento acompanhados pelo capataz da

Fazenda Bom Futuro, que já chegou fazendo ameaças. O resultado da presença do INCRA - cuja missão era de apaziguar as tensões - foi a perda de aproximadamente 200 sacas de arroz (quase toda a produção dos posseiros) e novas intimidações, desta vez vindas de um dos técnicos do INCRA que acusou Romildo Supino Guimarães como "responsável por tudo isso" e identificou-o para o capataz da Fazenda Bom Futuro.

A matança

A mando do capataz, no dia 1.º de setembro deste ano, os jagunços voltaram a invadir o acampamento e espancaram vários posseiros. No dia seguinte os posseiros agredidos foram à Delegacia de Polícia de Jarú para prestar queixa. Os policiais que se encontravam na Delegacia se recusaram a registrar a queixa alegando que isso só poderia ser re-

solvido pelo delegado que estava viajando e voltaria dias depois.

A impunidade deixou os jagunços mais a vontade. No dia 3, um dia após a ida dos posseiros à Delegacia, dois senhores que se identificaram como funcionários do INCRA chegaram ao acampamento dizendo que era necessário deslocá-lo para uma área próxima dali. Alguns relutaram em acompanhar os dois homens. Três posseiros, porém, se dispuseram a dar uma olhada no local. Os três não retornaram. Foram brutalmente assassinados no caminho. João Ribeiro dos Anjos, de 28 anos, Elizeu Bento Franco, 34 anos, e Osmar Soares Sindra, 22 anos, foram assassinados com golpes de terçado que lhes decepou a cabeça. Um deles foi morto com tiros de revólver, provavelmente na tentativa de fugir.

Desesperados os posseiros abandonaram as terras, suas casas, seus pertences e sua planta-

ção. Muitos deles estão passando fome nas cidades vizinhas, aguardando alguma providência.

O coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Jarú, companheiro Romildo Supino Guimarães, corre perigo de vida. Os latifundiários já estipularam seus preços: 5 mil cruzados pela orelha e 10 mil pela cabeça.

Pedimos às entidades que enviem telegramas ou telex pedindo a apuração dos crimes para: governador Jerônimo Garcia de Santana, Palácio dos Despachos - Av. Costa e Silva com Av. Jorge Teixeira - Telex n.º 69.1033. Secretário de Segurança Pública, Euripedes Botelho Miranda, Rua Pio XII s/n.º, Esplanada das Secretarias - Telex n.º 69.1104. Coordenador Regional do Incra, Odair Martini - Telex 69.2167 e 69.2231.

Liderança do PT na Assembléia Legislativa de Rondônia

O cotidiano da violência

Nove anos de perseguição aos posseiros de União dos Palmares, em Alagoas

Cerca de 130 famílias de posseiros das fazendas Serra Preta, Gordo e Malassombrado, situadas na cidade de União dos Palmares, zona da mata de Alagoas, ocuparam durante o dia 18 de agosto a sede da Superintendência Regional do INCRA de Alagoas, em Maceió, para exigir do Superintendente rapidez no processo de desapropriação daquela área de 739 hectares e o fim da violência praticada pela família Sarmento, que se diz dona das terras. Os trabalhadores foram também ao secretário de Segurança Pública e ao governador do Estado que prometeram punir os responsáveis pela violência.

Em outubro de 86 o processo de desapropriação daquela área foi assinado pelo presidente da República. Inconformada, a família Sarmento entrou com um recurso junto ao Supremo Tribunal Federal de Recursos, por não concordar com a forma de pagamento em Títulos da Dívida Agrária, atrasando o processo de assentamento das famílias de posseiros.

Deste 1978 a família Sarmento vem perseguindo os posseiros,



destruindo suas casas, colocando gado e entrando com trator em suas lavouras, envenenando a água das cacimbas etc. Recentemente o latifundiário Arnaldo Sarmento espancou violentamente o posseiro Antonio José dos Santos. Tentou sangrá-lo e só não o fez porque seu filho o impediu.

No dia da ocupação uma comissão de posseiros foi à Secretaria de Segurança para pedir proteção. Lá encontraram o delegado da região, João de Deus Massa Filho, que sempre se omitiu diante da violência praticada pela família Sarmento. E mais uma vez o delegado assumiu uma postura de descaso, afirmando, na presença do superintendente do INCRA, do chefe do departamento de Polícia do Interior e do representante da Secretaria de Agricultura, que não iria até a área porque não queria ser morto, acrescentando que a Secretaria de Segurança não tinha condições de dar segurança a ninguém, pois não tinha dinheiro nem para colocar gasolina nos carros.

*Jornal dos Sem Terra - AL

Gumerindo Milhomem*

Contra o condomínio da Nova República

Não será o parlamentarismo que irá acabar com o clientelismo e com o autoritarismo

A maior parte dos parlamentares constituintes não quis a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, o fortalecimento do Plenário, das Comissões e Subcomissões porque não quer abrir mão das parcelas de poder que individualmente possuem e exercitam através dos acordos de gabinete, dos acertos de bastidores que mantêm com o executivo. São, assim, dominados com sua ativa concordância pela política do clientelismo e contribuem decisivamente para a organização do que hoje muitos chamam de "presidencialismo imperial". Fazem o possível para esvaziar, desprestigiar e enfraquecer a ANC porque a ANC forte colocaria em cheque o privilégio de exercício do poder por trás dos bastidores, sob a tutela das Forças Armadas.

É este o nosso Parlamento. É com ele que alguns supõem que a instalação do parlamentarismo seria uma alternativa progressista para o País. Porém, se não for o "presidencialismo imperial" acabar com o clientelismo e com o autoritarismo, não será também esse Parlamentarismo. Aliás, outra coisa não foi a experiência parlamentarista dos anos 60 do que uma imposição das forças militares e civis-parlamentares que posteriormente tomaram o poder pelo golpe de Estado de 64.

Hoje, os chefes militares já se converteram novamente, dada a crise, às virtudes "democráticas" do Parlamentarismo. Do chefe do SNI ao ministro do Exército, que inclusive vem sendo apontado como forte candidato ao cargo de primeiro-ministro.

Muitos dos parlamentares de hoje irão protestar num primeiro momento e depois pretenderão mostrar a todo o país que fizeram o que foi possível, mas que não tendo outra alternativa ficaram - como no caso das Diretas/Colégio Eleitoral - com o menos ruim, ou seja: parlamentarismo com 6 anos para Sarney/militares e Aliança Democrática (ou qualquer outro nome que venham se rebatizar). Com isso, estariam no mínimo contribuindo para a pretensão dos donos da "Nova República" de espantar o fantasma das eleições e manter-se no poder, com outra fachada, pelo menos até 1990.

Ressalvo os parlamentaristas a quem poderiam chamar de idealistas. Acham que com a nova reforma de governo resolveríamos os nossos problemas sociais exemplificando com as Repúblicas e Monarquias parlamentaristas da Europa Ocidental. Aqueles países, porém, são membros do bloco imperialista e conseguem atender razoável parte de suas demandas sociais graças à explora-

ção do trabalho que as empresas que lá têm suas matrizes realizam nas ex-colônias da América Latina, África e Ásia, cujas economias são deformadas por esse fenômeno chamado imperialismo, o que é preponderante na definição de seus respectivos regimes políticos.

A luta contra o condomínio chamado Nova República se traduz hoje especialmente pela palavra de ordem "Diretas já" e não "parlamentarismo já". É a eleição direta para presidente que pode conseguir mobilizar o povo cansado das traições da Nova República. É na campanha presidencial que se pode popularizar o debate em torno dos projetos políticos para a superação da crise em que se encontra a sociedade brasileira. É com projetos publicamente debatidos que tem que ser administrado o país e não com programas elaborados às escondidas para depois serem aprovados pelo Congresso em um jogo clientelístico de aparência democrática. É com respaldo popular (e não apenas do Congresso) que deve ser governado o país e superadas as crises políticas, freqüentemente ligadas ao fato de que metade da população vive em condições de miséria, 12 milhões de rurais não têm terra, 8 milhões de crianças não têm escolas etc, quadro que não se consegue mudar sem a participação dos enormes contingentes de dezenas de milhões de explorados. O contrário será só arranjos entre as elites.

Como não há possibilidade de mudanças sem que se ponha fim a privilégios, os privilegiados não querem a mobilização política, querem desprestigiar as eleições presidenciais. Não querem candidatos que falem diretamente ao povo e que consigam traduzir os seus anseios e projetos políticos via rádio e TV. Querem eleger não o presidente, mas um primeiro-ministro que não vai precisar debater o seu programa com o povo e as organizações populares.

Para o PT, a campanha por eleições e a campanha presidencial não são para já, está claro, a luta pela retomada do poder pela classe trabalhadora não resultará já na conquista do poder democrático e popular. A campanha eleitoral será, porém, o momento para apresentarmos o PT como uma opção real de governo, com um plano para pôr fim à crise e melhorar as condições de vida. Será o momento em que discutiremos não se a melhor forma de governo é parlamentarista ou presidencialista e sim práticas que permitam à classe trabalhadora ganhar forças para a construção da sociedade socialista.

*deputado federal PT/SP

PRESIDENCIAL X PARLAMENTAR

A questão sobre o sistema de governo que será implantado na Nova Carta Constitucional tem movimentado o Congresso e gerado uma série de dúvidas na sociedade.

O debate que gira em torno do Presidencialismo e do Parlamentarismo tem provocado uma grande polêmica entre as forças políticas e passado despercebido pela classe trabalhadora, que está com a atenção voltada para a sobrevivência, em função da crescente crise econômica e da ameaça constante de desemprego.

Mas alguns segmentos que acompanham a discussão sobre a forma de governo que garantiria a democracia mostram-se perplexos diante do quadro esboçado: conservadores e progressistas aliados em suas posições.

Para Gilmar Carneiro, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo esta é mais uma briga de poder que não passa pela massa: "Do ponto de vista do sindicalismo, seja qual for o sistema adotado, o importante é que se garanta a organização sindical livre e autônoma."

No entanto, outros estão intrigados com o fato de o Partido dos Trabalhadores ter se definido pelo presidencialismo em detrimento do parlamentarismo - um sistema baseado na descentralização do poder. A deputada Irma Passoni apresentou ao Diretório Nacional, em sua última reunião, um pedido de reavaliação dessa decisão (veja abaixo os motivos que a levaram a apresentar o recurso). O PT manteve sua posição inicial em função dos aspectos históricos, estratégicos e táticos abordados na discussão.

Na opinião de José Mentor, membro do Diretório Regional de

São Paulo, "tradicionalmente o povo elege o presidente para mandar e não para ter bancada". Segundo o deputado federal Gumerindo Milhomem, confunde-se presidencialismo com ditadura militar: "Nos últimos 24 anos o país esteve submetido aos militares. O PT propõe um presidencialismo que fortaleça o Legislativo, devolvendo a ele o poder de estar realmente fiscalizando o Executivo".

Para Mentor e Milhomem a campanha não só fortaleceria o debate dos projetos políticos para a superação da crise em que se encontra a sociedade brasileira como obrigaria a definição clara das posições ideológicas, tornando explícitas as composições e alianças políticas.

José Alvaro Moisés, membro do Diretório Nacional, nega que o país tenha tradição presidencialista: "Após a Proclamação da República o presidencialismo revelou-se anti-republicano e imperialista. A centralização do poder na mão do executivo fez com que o presidente acumulasse imensos poderes. Os partidos e as classes sociais não tiveram capacidade para controlar as ações governamentais."

Entretanto há outros argumentos para invalidar a adoção do parlamentarismo: as composições políticas atuais e o modo como conduzem a constituinte no parlamento, somado à complexidade do parlamentarismo para o estágio de organização dos trabalhadores e o conseqüente alijamento dos pequenos partidos.

Além de o Plenário representar majoritariamente uma minoria, decidiu não assumir a soberania da Assembléia Nacional Constituinte

JUSTIFICATIVA

Estes são os motivos que levaram a deputada Irma Passoni a apresentar ao Diretório Nacional um recurso pedindo a reavaliação da posição do PT sobre a questão do sistema de governo.

- 1) A defesa do sistema presidencialista não é doutrinária no PT. É uma questão de caráter conjuntural, circunstancial (é preciso indagarmos novamente), vinculada ao desenrolar da conjuntura política.
- 2) Senti que não havia segurança por parte de vários parlamentares petistas sobre a questão.
- 3) Não considero que esta questão tenha sido discutida de forma ampla e organizada no PT (numa visão de PT de massas, demo-

crático e socialista, principalmente porque não são expressões de intenções, mas sim de prática política interna). Nós nos perguntamos como o PT vê o exercício do poder. Muitos dizem que este tema não está na ordem do dia, que não há interesse em discutir isso porque no capitalismo tanto faz, mas, na verdade, o PT disputa Prefeituras, Governo de Estado e Presidência da República.

4) Há quem defenda, no Partido, um caráter mais progressista do Presidencialismo pois o Parlamento concentra forças conservadoras. Há outros que dizem que esta questão é só conjuntural e que a eleição do presidente não pode ser perdida agora pois há vinte anos não o elegemos (como se isto não pudesse ocorrer em outro sistema de governo).

A Campanha das Diretas é um sucesso?

Perguntamos a Lula qual a avaliação que ele faz sobre a Campanha das Diretas. Ele afirmou que a Campanha pegou e que é quase um sucesso.

prevista na emenda constitucional. Deputados e senadores mantiveram seus poderes individuais através de acordos de gabinete e dos vínculos clientelísticos com a administração, ao invés de dá-lo à Constituinte.

Deste modo, a Constituição que está sendo elaborada não atende aos anseios e às necessidades da classe trabalhadora. Os parlamentares petistas não têm pretensão de que ela seja duradoura: "Espero que o movimento social torne caduca a futura constituição", declara Camerindo Milhomem.

Para Luiza Erundina, líder do PT na Assembléia Legislativa de SP, a Constituição deve resolver os problemas do país hoje: "O parlamentarismo não interessa aos partidos pequenos já que são consolidados com menos dificuldades no presidencialismo. O parlamentarismo supõe um nível de compreensão política, de atenção aos temas complexos que a maioria dos trabalhadores ainda não alcançou."

Apesar das controvérsias o PT acredita, em sua maioria, que o sistema presidencialista permite que a classe trabalhadora enxergue com mais clareza as estruturas de poder a que está submetida: identifica-se as funções de cada um, as mentiras são mais detectáveis e as cobranças são realizadas com mais facilidade sabendo-se a quem dirigi-las.

Para Paulo Frateschi, ex-deputado estadual de SP "definir-se pelo presidencialismo é adotar uma estratégia em direção a construção de uma sociedade socialista". E finaliza: "Já pensou a confusão que seria para a população eleger um presidente que escolheria um primeiro ministro que realmente teria o poder?"

Eloisa Deveze

"Eu acho que a campanha está dando certo. Em alguns Estados como São Paulo, Brasília, Bahia, Alagoas, Sergipe e na cidade de Caruaru fizemos comícios fabulosos. Apenas dois Estados ficaram aquém das expectativas: Minas Gerais e Pernambuco. No restante foi extraordinário.

Muitos ficam preocupados porque lembram da famosa Campanha de 84, mas esquecem de levar em conta que o clima político e a conjuntura eram totalmente diferentes - naquela época tínhamos um regime autoritário onde toda a sociedade e quase todos os partidos políticos estavam embuidos da vontade de conquistar as eleições diretas e foram para a rua. Esquecem que na ocasião a máquina dos Estados era colocada a serviço da campanha - nos dias de comício os transportes das capitais eram inteiramente gratuitos e em vários Estados os funcionários públicos eram liberados do serviço às 15 horas para poder participar dos comícios.

As pessoas que ficam visualizando 84 para medir como fracasso a campanha de 87 estão cometendo um equívoco muito grande. A campanha deste ano está sendo feita por alguns partidos de oposição e, se levarmos em conta a fragilidade econômica dos que a estão organizando, chegaremos à conclusão de que ela é um sucesso quase que absoluto.

Se não bastasse tudo isso, é preciso não perder de vista a apatia que tem tomado conta da sociedade brasileira. A apatia e a falta de crença de um povo que foi muito enganado. Enganado nas eleições de 84 quando esperava conquistar eleições diretas e não conquistou. Esperava que Tancredo Neves fi-

zesse mudanças e ele morreu. Imaginou que o Plano Cruzado fosse definitivo e que fosse dar certo - que fosse resolver os problemas da classe trabalhadora - e não deu certo o Plano Cruzado I, nem o II, nem o III. Muita gente tentou vender a idéia de que a Constituinte seria a salvação da lavoura e ela não está sendo sequer a salvação da semente. Por quê? Porque se tentou jogar em cima da Constituinte a responsabilidade de resolver o problema da fome, da mortalidade infantil, do desemprego, da reforma agrária, da habitação, saúde etc. Mesmo que a Constituinte signifique um avanço do ponto de vista da definição dessas conquistas para a sociedade, a implantação disso leva tempo. O povo brasileiro está carente de todas essas coisas - e principalmente de elevação do poder aquisitivo - e está sem esperanças porque, mais uma vez, acreditou que a Constituinte mudaria as coisas.

Neste instante em que a massa está desacreditada, o papel do partido político, do sindicato, do movimento popular, da chamada liderança, do chamado pessoal que tem consciência política é exatamente tentar apresentar o caminho. Nós do PT entendemos que a campanha pelas eleições diretas é nossa oportunidade de fazer o povo voltar a acreditar.

Ao mesmo tempo que se defende as eleições diretas é preciso fazer uma ligação bastante objetiva com as lutas populares da classe trabalhadora. Está na hora de os partidos políticos começarem a apresentar projetos concretos de como sair da crise em que se encontra o país, de como resolver os problemas econômicos, políticos e sociais. Se não tivermos a capacidade

de fazer isso corremos o risco de não nos apresentarmos como alternativa concreta de governo nas próximas eleições ou mesmo fora das eleições.

Eu acredito que o PT é um partido que tem condições de fazer isso. Tem condições de apontar um caminho para a sociedade. Na medida em que o povo está descrente, a única forma de fazer a classe política tomar vergonha é não desanimar.

O que mudaria, por exemplo, se hoje nós conquistássemos o parlamentarismo? O que nós iríamos ter? Qual a grande proposta do PMDB para o parlamentarismo hoje? Sarney presidente, alguns dizendo por 5 outros por 6 anos, e Ulysses Guimarães, primeiro-ministro. Eu acho que isso é mais do que um desalento para a sociedade brasileira. É por isso que ela não está se mobilizando e se manifestando com a força que ela sempre soube se manifestar.

A contradição disto é que os trabalhadores ainda estão lutando por reivindicações específicas - temos visto greves em várias categorias profissionais como bancários, professores, previdenciários. Acho que nós do PT precisamos demonstrar a possibilidade deles alcançarem esses objetivos numa briga direta contra a política econômica. É hora de darmos uma resposta para o povo, temos que chamá-lo para a luta porque não se derruba incompetência, corrupção e prejuízos salariais ficando dentro de casa. Você derruba indo para a rua. É por isso que o PT, a CUT e o movimento sindical precisam, neste instante, chamar o povo para a rua, pois nós temos chances de conquistar melhores condições de vida para a classe trabalhadora."

5) Segundo alguns companheiros o sistema parlamentarista daria mais estabilidade à burguesia, acomodando sempre as crises, o estado, o governo e os interesses conflitantes. E não foi isso que ocorreu nesses vinte anos de presidencialismo militar?

Nós poderíamos afirmar que o sistema presidencialista tem sido um instrumento de influência dos grandes grupos econômicos, dos militares, se expressando de uma forma autoritária e concentradora da tomada de decisões e presa fácil de todos os lobies. Estes argumentos continuam, a meu ver, inconsistentes expressando as nossas indefinições e nossas imprecisões políticas. Ao pedir a reabertura da discussão tinha em mente levar o Partido a aprofundar sua discussão política.

Irma Passoni





Derrota sim, derrotismo não

A greve que não foi geral

A projetada greve geral do dia 20 de agosto de 1987 continua repercutindo no Partido. A Nota da Comissão Executiva Nacional apresentou um primeiro posicionamento de avaliação, apresentando à militância os principais pontos de exame e uma postura autocrítica séria que precisa ser encarada em toda a sua extensão. Isto é particularmente importante porque perdura em certos setores do Partido a vontade de minimizar os problemas aparecidos na preparação e deflagração da greve.

Sem encarar de frente esses problemas será difícil superar algumas práticas, presentes na atuação sindical dos petistas, que conflitam com a linha sindical do PT e causam transtornos ao reforçamento do movimento sindical e da CUT. Por isso decidimos tratar numa série de arti-

Alguns companheiros estão preocupados em que não se cometam equívocos na avaliação da greve. Em particular eles chamam a atenção para que não caiamos no derrotismo estimulado pela propaganda burguesa. Por isso são contra a conclusão de que a greve geral do dia 20/8 foi derrotada. Para que não façamos coro com uma bem orquestrada operação da propaganda da burguesia, eles consideram mais correto dizer que não fomos vitoriosos na greve geral.

Isso parece uma questão secundária. Afinal, não há muita diferença entre não ser vitorioso e ser derrotado. Então, em que consiste a dificuldade e por que nos vemos obrigados a encontrar uma explicação para a ausência de vitória na greve geral?

A dificuldade consiste justamente no fato de que a burguesia realmente montou uma operação orquestrada para demonstrar que a greve geral foi derrotada. Ela já havia feito isso a 12 de dezembro de 1986, mas sem muito

sucesso. Entretanto, naquela ocasião a propaganda burguesa não surtiu efeito porque a greve, embora não tenha sido total, atingiu mais de 20 milhões de trabalhadores e paralisou os principais centros econômicos do país. A propaganda burguesa não tinha base real; mesmo os que não se mobilizaram para a greve de 12/12/86 sentiram a participação massiva e não se deixaram influenciar.

Agora, porém, a situação se inverteu: a greve de 20/8 atingiu pequenas parcelas das massas e não paralisou os centros de concentração operária. Nessas condições, a propaganda burguesa desta vez encontra uma base real, está montada na verdade dos fatos. Não há como negar que a greve sofreu uma derrota, ou não foi vitoriosa.

Mas a derrota e o derrotismo são coisas diferentes. O reconhecimento de uma derrota não significa, por si só, cair no derrotismo. O derrotismo

algumas concepções existentes sobre a avaliação da greve geral de 20/8. O primeiro deles é dedicado à relação entre derrota e derrotismo. O segundo trata da necessidade de avaliar as experiências passadas como base para o posterior avanço da luta. Um terceiro texto fala da relação entre as condições objetivas e subjetivas para a tomada de decisões. E em artigos seguintes procuraremos discutir os problemas relacionados com o voluntarismo, a necessidade de um estilo democrático de trabalho com as massas, a natureza da corrente Luis Antônio-Magri e a tática para derrotá-la.

Esperamos, desse modo, dar uma pequena contribuição ao debate sobre a atuação sindical do PT, atuação que joga um papel extremamente importante na atual conjuntura política do país.

só se instala quando uma derrota é considerada definitiva, sem possibilidade de reversão. Entretanto, quando a derrota serve de lição, quando se aproveita a derrota para verificar as concepções e as práticas erradas que impediram a vitória ou o avanço da luta, quando a derrota serve de experiência para superar os defeitos da ação, então evita-se o derrotismo.

A propaganda burguesa esforçou-se para transformar a derrota da greve em derrotismo, infundindo nos trabalhadores um sentimento de apatia, impotência e descrédito em sua capacidade de luta. Nessa missão eles procuram inclusive ridicularizar as avaliações que se negam a reconhecer a derrota. Partindo da verdade dos fatos, procuram demonstrar que temos medo de reconhecer o que é desagradável para nós. Seríamos, então um bando de mentirosos em quem os trabalhadores não deveriam confiar.

Isso é que mostra, mais do que tudo, a importância de enfrentar de

frente a verdade. Os trabalhadores só continuarão depositando em nós sua confiança se não usarmos subterfúgios nem meias palavras para reconhecer os fatos reais. Essa é a base para lutar contra o derrotismo e estimular os trabalhadores a tirar lições da luta passada e preparar-se para os embates futuros. A derrota pode, então, transformar-se na base de futuras vitórias.

Mas só se consegue isso partindo do fato real que foi a derrota. Com isso teremos moral política para propor aos trabalhadores novas táticas de luta que revertam o quadro atual, credenciando-nos como lideranças sérias, capazes de extrair lições da luta e contribuir para o seu avanço.

Foi isso o que fez a Comissão Executiva Nacional, sem escamoteações e sem omitir sua responsabilidade no episódio.

Wladimir Pomar
secretário de Formação Política

Eleições 88: um novo desafio

As eleições para prefeitos e vereadores - mais de 4 mil municípios em 88 - serão um teste e um desafio para o PT quer do ponto de vista da sua capacidade orgânica como de sua postura política e ideológica.

Nesse sentido são preocupantes as contradições que ainda persistem na cabeça de muitos petistas, inclusive em direções partidárias. Não conseguem distinguir a diferença entre um possível governo popular e democrático na atual conjuntura e a visão estratégica do partido de classe que é o PT. Dependendo do grau de entendimento do seu papel histórico na política brasileira e da sua representação de classe, o PT poderá sair fortalecido e afirmar-se como um grande partido de massas

representativo das maiorias (hoje dominadas e espoliadas), ou estará cavando sua própria sepultura.

O desafio é fundamentalmente político, embora também orgânico, representado na gênese revolucionária contida no programa do PT: seu caráter transformador das estruturas e conscientizador, no rumo do socialismo.

Por isso está certo o Diretório Nacional quando programa toda uma política de preparação dos petistas e simpatizantes, de preparação dos petistas que inicia pela realização de um **Seminário sobre Política Municipal do PT, rumo às prefeituras em 88**.

O 1.º Seminário, que instrumentalizará muitos outros em todo o país, se realizou em Porto Alegre/RS, nos dias 25, 26 e 27

de setembro com a presença de representantes de Diadema e Fortaleza, onde, além das experiências vividas nesses municípios, foram discutidos os principais pontos para uma Plataforma Básica Municipal do PT e, principalmente, a questão do **poder popular**, das formas efetivas de participação da Comunidade nas decisões de prioridade e na própria administração do município.

Portanto, conhecer a realidade político-administrativa de cada município é uma tarefa urgente dos diretórios e de cada petista. Realizar seminários, debates, palestras sobre os problemas do município nas mais diferentes áreas como a educação, saúde, plano diretor, agricultura, abastecimento, transportes, habita-

ção, saneamento básico, ecologia, segurança etc.

Estabelecer um processo envolvendo todos os petistas e simpatizantes, em especial os candidatos em potencial, fazendo com que durante esse processo seja possível conhecer melhor sua compreensão sobre o partido e sua prática política, evitando, conseqüentemente, as candidaturas dos oportunistas e populistas que desejam apenas o uso da nossa legenda no período eleitoral.

Cabe portanto, companheiros petistas, assumirmos, com a devida cautela, mas com toda a força, esse desafio e provar que os trabalhadores estão dispostos a assumir o poder.

Clóvis Ilgenfritz da Silva

Mais uma farsa da Nova República

Além de ignorar a luta dos trabalhadores por uma reforma agrária imediata e massiva, o PNRA da Aliança Democrática reforça o monopólio e a concentração de terra.

Durante o regime militar, em meados de 1980, o censo do IBGE anunciava a existência, no Brasil, de 15 milhões de trabalhadores sem terra. Cinco anos depois, desconhecendo essa realidade, o Governo da Nova República divulgava com estardalhaço o primeiro PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária - propagando que iria assentar, no período de 85/89, 1,4 milhões de famílias.

Ficou o dito pelo não dito. O PNRA da Aliança Democrática, além de ignorar a luta dos trabalhadores por uma reforma agrária imediata, ampla e massiva, reforça claramente o monopólio e a concentração de terra. Dos 13.860 milhões de hectares que seriam desapropriados para o assentamento de 450 mil famílias, no biênio 85/87, somente 2 milhões de hectares foram desapropriados pelo INCRA para fins de reforma agrária (14% do previsto). Desse total, o Judiciário liberou apenas um milhão de hectares, o que permite assentar 7 mil famílias - ou 2% do inicialmente previsto. Convém dizer ainda que a grande maioria das famílias assentadas pelo INCRA já ocupavam essas áreas na condição de posseiros, parceiros, meeiros e arrendatários, não implicando portanto na criação de novas unidades de produção.

Estes e outros fatores demonstram claramente o descaso e a falta de decisão política da Nova República em realizar a reforma agrária. Esta afirmação ganha maior evidência quando consideramos alguns aspectos qualitativos referentes à execução do PNRA, se não vejamos:

1. A falta de definição das áreas prioritárias para desapropriação permite, ao sabor das conveniências dos grupos que controlam os aparelhos governamentais nos estados, a intervenção casuística e pontual em pequenas áreas dispersas, com baixa potencialidade produtiva e reduzida capacidade de assentamento, elevando significativamente os custos de um projeto além de comprometer a sua viabilização social e econômica.

2. A desapropriação por interesse social tem perdido a sua finalidade de coerção e penalização

dos latifundiários em função da ênfase dada às desapropriações através de "acordos amigáveis", antiga prática da Velha República, permitindo reduzir de 20 para 2 anos o prazo de resgate dos títulos da dívida agrária, com as indenizações da terra acima dos preços de mercado. Verifica-se que são apenas em relação a estas desapropriações que o poder Judiciário tem concedido a imissão de posse ao INCRA para efeito de criação de projetos.

3. A Demonstração de impotência do governo para desapropriar as áreas de conflito e tensão social, verificando-se a intensificação nos últimos anos dos assassinatos de trabalhadores rurais, líderes sindicais, padres e advogados de trabalhadores sem que nenhum crime tenha sido devidamente apurado. Vale ressaltar que o número de assassinatos no campo gerado por conflitos de terra cresceu consideravelmente após a Nova República e o lançamento do PNRA. Enquanto no período de 64 a 84 registrou-se 679 mortes, em apenas 3 anos de Nova República (1985-87) o número de mortes atingiu 685 pessoas.

4. Por outro lado, no sul do país, esse mesmo governo não cumpriu nenhum acordo feito com os trabalhadores acampados no sentido de desapropriar terras para o assentamento na própria região.

5. Há total desvinculação da política geral do governo da Nova República e mais especificamente da política agrícola com os

objetivos e metas do PNRA. Para que a reforma agrária atinja os seus objetivos é necessário reformular a política agrícola secularmente implantada no País, que beneficia a grande propriedade e o especulador e que em muito contribuiu para que fossem atingidos os atuais níveis de concentração da propriedade da terra. As atuais condições de financiamento do sistema de crédito rural, com altos juros, tem levado à ruína os pequenos produtores, destacando-se que só no Estado do Paraná, enquanto o INCRA assentou mil trabalhadores, cerca de 40 mil famílias tiveram que migrar para outras regiões.

Por outro lado, o decreto que aprova o PNRA estabelece que os ministérios setoriais deverão alocar nos seus orçamentos anuais as dotações necessárias à execução da reforma agrária. Nada disto ocorreu nos últimos três anos e as famílias assentadas encontram-se sem assistência educacional, de saúde, de habitação, de crédito, de assistência técnica, armazenagem, comercialização, estradas e sem nenhuma presença de técnicos nestas áreas, pois estão proibidas as contratações.

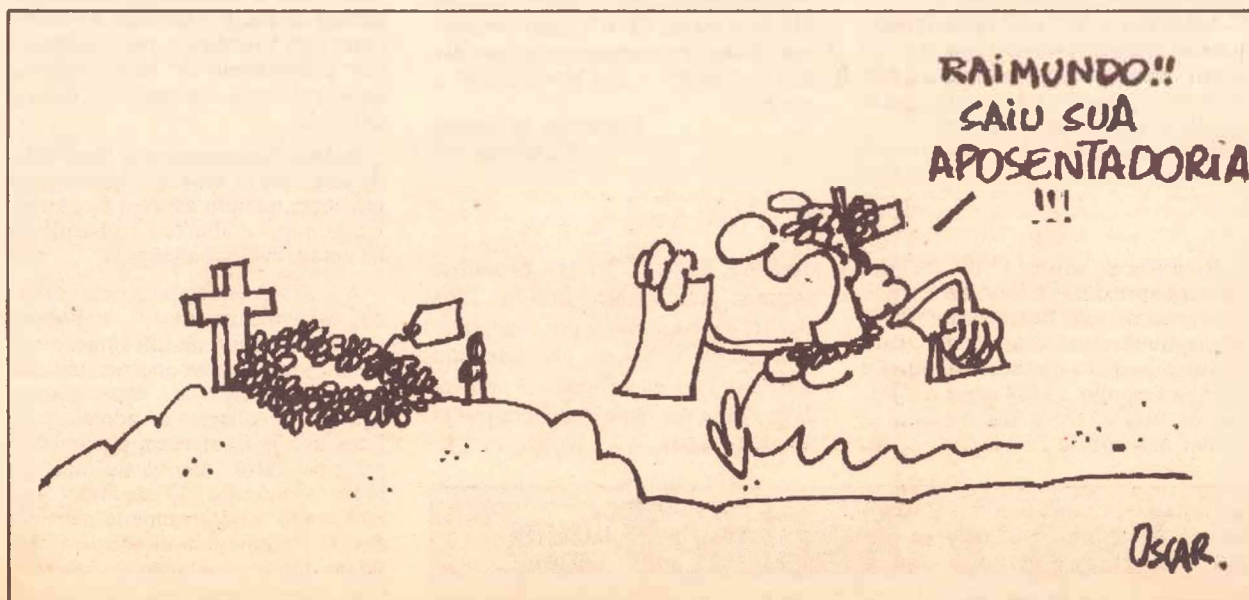
6. A falta de recursos para a realização da reforma agrária desmascara o discurso demagógico utilizado inicialmente pela Nova República, segundo o qual, o PNRA gozava de propriedade de governo. O orçamento para a reforma agrária para o exercício de 1987 representa 0,7% do orçamento da União aprovado pelo Congresso Nacional, valor sufi-

ciente para assentar apenas 75 mil das 450 mil famílias previstas para o período de 85/87.

Diante de todo esse quadro, a solução encontrada pelo governo Sarney tem sido a redução das metas do PNRA. A exemplo disto, um documento da SEPLAN apresentado para ser aprovado pela Comissão Interministerial de Desenvolvimento Rural (CIDR), em sua nona reunião (julho/87), concluiu que a capacidade operativa do aparelho governamental não permitiu atingir as metas fixadas no PNRA e resolveu reduzi-las nos anos 87/88 para apenas 10% do previsto: das 750 mil famílias, só poderão ser atendidas 75 mil e, com base neste número, alocou os recursos para a reforma agrária para o ano de 1988.

A reforma agrária só se efetivará a partir da organização e da pressão que os trabalhadores rurais e urbanos venham a exercer sobre o governo, através das mobilizações, dos acampamentos e das ocupações de terras ociosas. Para tanto é preciso que as lideranças sindicais e os partidos políticos progressistas, que foram seduzidos pelo "canto da sereia" da Nova República, revejam suas posições e contribuam para retirar do imobilismo grande parte dos trabalhadores rurais pois a reforma agrária não é uma dádiva, mas sim uma conquista com a qual comunga e pela qual luta o Partido dos Trabalhadores.

Comissão Agrária - PT/DF





Cariocas contestam Wladimir Palmeira

Votei em Wladimir Palmeira nas últimas eleições mas não concordo com algumas idéias que ele manifestou na carta "Se essa onda pega...". Durante dois anos trabalhei muito no PT e numa organização de esquerda. Há três anos por razões de saúde afastei-me de ambos. Desde então procuro acompanhar, através da imprensa e dos amigos, os passos do PT e colaborar na medida do possível.

Para dizer a verdade acho muito suspeito que Wladimir Palmeira consiga ser tão aberto para alianças fora do PT e tão fechado para os partidos de esquerda que já estão há tempos construindo, junto com todos, o Partido. As razões que ele apresentou para isso não me convenceram.

Sandra Oliveira



O Boletim Nacional n.º 31 publicou um artigo do deputado Wladimir Palmeira intitulado "Se essa onda pega..." que gerou dúvidas em mim. Dirijo algumas perguntas ao deputado para que ele, se possível, responda posteriormente:

- 1) Por que os partidos e organizações que atuam dentro do PT não são considerados tendências do PT?
- 2) Quais são os direitos que se permite a uma tendência dentro do PT?
- 3) Baseado em que dados se pode avaliar que os partidos e as organizações "a cada dia retiram muito mais do PT do que lhe dão e começam a dificultar a vida partidária"?
- 4) Por que o trabalho organizado da Igreja, que atua dentro do Partido, não é considerado uma organização dentro do PT?

5) O projeto político da pastoral operária, da pastoral da terra e comunidades eclesiais de base é o mesmo do PT?

6) Por que um dirigente sindical petista não pode falar num ato público em nome de sua organização, mas o deputado Carlos Minc (eleito pelo PT) pode falar em atos públicos como representante do PV?

7) Por que o PV pode se manifestar enquanto partido dentro do PT e outros partidos, identificados também com seu programa, não podem?

8) Que tipo de alianças interessam ao PT, além do PV e da Igreja? Agradeço desde já a atenção dispensada.

Luiz Edmundo Guimarães.

Para que serve o BN?

Mesmo entendendo que esta não é a melhor via para emitir opinião sobre o BN. Assim mesmo o faço por julgar que os erros e acertos do PT e seus órgãos devem ser do conhecimento de todos os petistas. Entendo ainda que na eventualidade de haver erros (e existem) todos devem colaborar no sentido de corrigi-los.

Acho que o BN está mais voltado para as correntes internas ao Partido e por extensão aos militantes mais conscientes do Partido e não alcançando nem mesmo os simpatizantes. Entendo que o BN deveria se voltar à

massa com informes, denúncias e sobretudo com a proposta do PT de uma forma diferente que não vou propôr porque isso os nossos jovens jornalistas entendem melhor do que eu.

Resumindo: acho que para que o PT seja um partido de massa tem que atingir a massa e o BN é um dos poucos canais de comunicação que dispõe o Partido, e que pode atingir o povo.

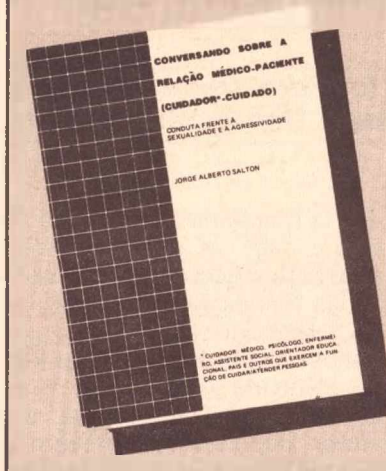
Francisco de Toledo
Campinas/SP



Resposta do editor: O BN foi criado para aproximar setores do Partido em torno de suas lideranças e políticas legitimamente constituídas, para elevar o preparo de seus militantes e para nos emular. O BN não é um jornal de massa. Para isso deveria se tornar um veículo de agitação e pro-

paganda, fugindo ao seu propósito original. Acreditamos que faz falta esse jornal de massa e por isso tentamos colocar o BN em algumas bancas. Mas isso não elimina a necessidade - cada vez maior - de termos um jornal de massa.

SEXUALIDADE E AGRESSIVIDADE



Este livro não foi escrito para especialistas e sim para iniciantes na função de cuidar/atender pessoas. Focaliza, através de uma conversa informal, a conduta progressista frente à sexualidade e à agressividade. Procura demonstrar a influência do médico/cuidador na transmissão de modelos de relações humanas mais ou menos igualitárias. Vai além, ao discutir quais condutas favorecem a uma ou outra das duas formações socioeconômicas existentes nos tempos atuais: capitalismo e socialismo.

Conversando sobre a relação médico-paciente, de Jorge Alberto Salton, está à venda na sede nacional do PT por apenas Cz\$ 40,00.

Debatendo o aborto

A proibição do roubo não o faz desaparecer. Nem do estupro. Tampouco do assassinato.

O Dr. Salton trata a questão do aborto como se fosse uma doença orgânica a ser debelada. Parte do mesmo princípio de algumas feministas equivocadas, segundo as quais a criança gerada não é outro ser, outra pessoa, e sim parte do corpo da mulher, podendo ser extirpada, como numa cirurgia plástica, caso aquele corpo estranho a esteja incomodando.

Para mim essa questão não é médica e sim ética e social.

O companheiro, na defesa de seu conceito, perde-se no sofisma ao querer comparar o aborto - morte de um ser humano indefeso - a métodos que impedem a geração de seres não amados.

Não me alinho com aqueles que pensam ser a discriminação do aborto um fator de aumento de sua incidência, porque não quero acreditar que alguém o cometa impunemente perante sua consciência.

Sabendo das causas psicossocioeconômicas causadoras de gravidez indesejada, tão bem abordadas pelo companheiro, como pode advogar a remoção dos efeitos e não acentuar a luta contra as causas desse desajuste social? Não é assim que procedemos com relação à fome (matemos os famintos?), ao aumento da marginalidade e da violência.

O PT deve definir-se clara e objetivamente contra a legalização do infanticídio, continuando a luta contra situações de miséria que levam à sua prática, nesta sociedade desumana e selvagemmente desigual, assegurando políticas que democratizem a informação e o acesso ao uso de métodos contraceptivos civilizados à toda população brasileira, evitando-se traumas pessoais e sociais, os quais não serão demovidos simplesmente porque a lei descaracterizaria como crime aquilo que é antinatural.

Ailton Franco de God
Mogi Guaçu - S.

Resposta a Ailton:

No mês de setembro último participei do IV Congresso Nacional de Psiquiatria de Cuba, realizado em Havana. Tive a oportunidade de acompanhar de perto a questão do aborto neste país socialista e pude constatar que o conceito de forma idêntica àquela descrita em meu artigo ora criticado.

Acham fundamental a prevenção, ou seja, que as mulheres somente engravidem quando assim o desejarem. Pensam que o aborto é consequência de uma gravidez indesejada.

A gravidez indesejada ocorre devido, entre outros fatores, a: pobreza econômica; falta de informação e de acesso a meios anticoncepcionais; fatores psicológicos, especialmente aqueles peculiares à adolescência. Em Cuba já resolveram o primeiro e principal fator: não existe mais pobreza econômica. O segundo fator está sendo gradativamente debelado devido a campanhas de educação (desejam que a população se habitue a usar especialmente o preservativo

masculino). O terceiro fator, gravidez na adolescência devido a fatores emocionais, está sendo estudado. Em síntese: os cubanos trabalham seriamente para que não haja gravidez indesejada e aborto. Sabem, entretanto, que enquanto não alcançarem a completa prevenção da gravidez indesejada, o aborto continuará existindo. Se legalizado será realizado nos hospitais com toda a assistência médica necessária. Se proibido será feito às escondidas, com agulhas de tricô etc., com riscos de graves sequelas. Por isso, preferem que o aborto seja legal e realizado nos hospitais ("Pior que o aborto é a proibição do aborto").

Só se submetem ao aborto as mulheres que assim optam. Aquelas que, por questões de foro íntimo não concordam, não o fazem. Ninguém as obriga. Consideram que a decisão é e sempre será pessoal, particular a cada mulher.

Jorge Alberto Salton
Passo Fundo/RS

Leia e Assine



Um basta à corrida armamentista II

Os problemas da paz, da luta contra o armamentismo, são questões cruciais e que não podem ser ignoradas por nosso Partido. O artigo de Luis Eduardo Greenhaegh ("Um basta à corrida armamentista", publicado no BN n.º 29) tem esse mérito e permite abrir o debate.

Gostaria de fazer a esse respeito algumas considerações que surgem relativas a estes problemas.

1. É forçoso constatar que depois de anos de negociações, "distensão", tratados e demais acordos gerais patrocinados ou não pela ONU, o armamento atômico e convencional das grandes potências aumentou, e em particular o lugar ocupado pela economia de armamentos e a indústria bélica é cada vez maior nos orçamentos das principais potências imperialistas.

2. Que é verdade que as bases econômicas dos chamados países "socialistas" são contraditórias com uma corrida armamentista que constitui um fator maior no funcionamento da economia capitalista em sua fase imperialista e que portanto a pressão da

burguesia por esse meio é um fator de distorção para os países que escaparam à dominação do imperialismo, como bem explica Luis Eduardo.

Mais ainda, trata-se de um instrumento de chantagem e de intervenção em tais países para o qual a exigência norte-americana de uma verificação e um controle direto de "desarme" poderia significar um primeiro passo na própria abertura aos capitais estrangeiros em mercados que escapam ao controle do imperialismo.

Mas as concessões feitas pelo "Pacto de Varsóvia" a esta exigência não conduziram, entretanto, a nenhuma modificação da vontade manifestada por Reagan de prosseguir com o desenvolvimento do IDS (conhecido como guerra nas estrelas), nem impediram a instalação dos "pershing" na Europa, nem diminuíram o apoio aos "contra", as ingerências no Golfo Pérsico etc.

Pode-se inclusive constatar que as concessões feitas só serviram para alimentar exigências maiores e se acompanham de uma integração maior dos governos "comunistas" à política de ordem praticada pelo im-

perialismo e que encontra nos dirigentes do Kremlin um ponto de apoio contra os povos.

3. Não se pode, no meu entender, abordar estas questões desligadas de outras estreitamente incorporadas às funções do "Pacto de Varsóvia" e a luta dos povos da Europa do Leste por sua autodeterminação, a democracia como inseparável do socialismo e do direito dos trabalhadores a organizarem-se em sindicatos e partidos independentes.

Por acaso não são as tropas do "Pacto de Varsóvia" que invadiram a Checoslováquia em 1968 e que mantém estacionadas duas divisões ainda hoje contra a vontade dos trabalhadores desse país?

Não é este "Pacto" que serve de ameaça permanente contra "Solidariedade" na Polônia e contra a luta popular do povo desse país com o qual nosso Partido várias vezes manifestou sua solidariedade?

Ou a invasão do Afeganistão é uma contribuição à luta pela paz?

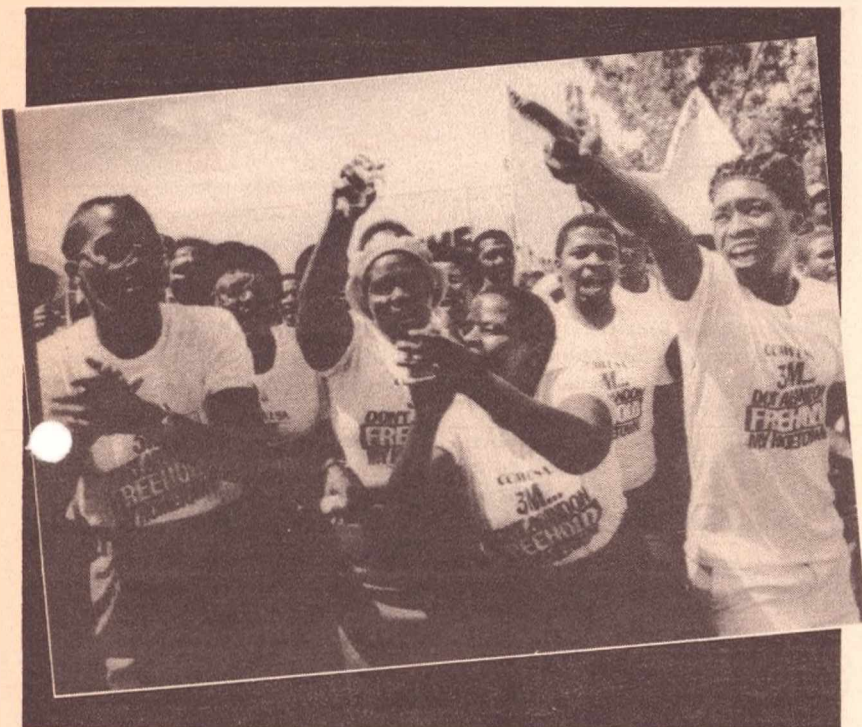
Ou podemos esquecer que a divisão da Alemanha se apoia não na

vontade dos trabalhadores deste ou do outro lado do muro, mas sim na presença de tropas da OTAN e do "Pacto de Varsóvia" como garantia desta divisão?

A retirada das tropas estrangeiras do território alemão não seria uma exigência democrática e um primeiro passo efetivo no caminho da paz, como exigem, segundo parece, os "verdes" na RFA e os jovens que se manifestam de cada lado do muro, contra Reagan e contra a repressão burocrática?

4. O artigo do companheiro Luis Eduardo não pretendia abordar todas as questões relacionadas com o "Pacto de Varsóvia" e só as propostas de desarmamento avançadas recentemente por Gorbachev, entretanto de acordo com as posições independentes de nosso partido me parece importante que o debate se desenvolva para permitir que nosso combate se integre ao de todos os povos por sua autodeterminação como princípio de luta pela paz inseparável da eliminação do capitalismo

Luis Favre



O Boletim Nacional acaba de receber um pequeno acervo fotográfico do extinto jornal "O Trabalho".

PT BOLETIM NACIONAL
 OUTUBRO DE 1987 - N.º 32

Órgão Informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
 Av. 11 de Junho, 260 CEP 04041
 São Paulo/SP fone: 575 2299
 Editor: **Bernardo Kucinski**
 Secretaria de Redação e Produção:
Marisa Lourenço
 Diagramação: **Max Alberto Gonzales**
 Revisão: **Marta Magnani**
 Composição, Fotolito e Impressão: **DCI**
 Tiragem: **15 mil exemplares**


CUPOM

Autorizo a remessa de um pacote do Boletim Nacional e envio o cheque de pagamento que deverá ser descontado em dias.

pacote de 50 boletins, no valor de Cz\$ 300,00
 pacote de 100 boletins, no valor de Cz\$ 600,00
 pacote de 150 boletins, no valor de Cz\$ 850,00
 pacote de 200 boletins, no valor de Cz\$ 1.000,00

Responsável pela compra
 Diretório
 Endereço n.º
 Fone Cidade
 CEP Estado

ASSINE



Nome
 Endereço

 Cidade
 CEP Estado

Anual Cz\$ 150,00
 BIANUAL Cz\$ 300,00

Faça já sua assinatura enviando um cheque
 (no valor de sua assinatura) juntamente com
 este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES -
 Boletim Nacional - Av. 11 de Junho, 260
 CEP 04041 - São Paulo - SP

O DRAMA DOS ÍNDIOS DE RONDÔNIA

A história da América Latina está repleta de massacres. Os índios são exterminados com armas de fogo, envenenados, contaminados por doenças e condenados à morte pela expulsão de suas terras. Em Rondônia, hoje, a história se repete.

Quase todas as áreas indígenas de Rondônia, apesar de demarcadas, estão sendo invadidas. Principalmente por empresas madeireiras e mineradoras. A morosidade do Inca e a omissão da Funai colaboram sobremaneira para que também os colonos entrem em suas áreas, gerando conflitos e morte entre ambos. Com a migração descontrolada e a abertura de estradas próximas às reservas, proliferam as doenças que matam os índios sem defesa orgânica como a tuberculose, verminose e gripe.

Apesar do impedimento da legislação, até 1986, na Amazônia legal, 537 alvarás de autorização de pesquisa mineral e 1.732 requerimentos incidiam em 77 áreas indígenas, sob o controle de 77 empresas ou grupos econômicos. As terras indígenas do Pará e de Rondônia são as mais atingidas pelos interesses destas empresas.

A história da América Latina está repleta de massacres. Os índios são exterminados com armas de fogo, envenenados, contaminados por doenças e condenados à morte por expulsão de suas terras. Em Rondônia, hoje, a história se repete.

Cerca de 600 famílias estão morando nas terras dos índios Zoró, que residem em parte do Parque Aripuanã, no município de Espigão do Oeste. Na localidade está surgindo uma verdadeira cidade, já com linha de ônibus para Cacoal. Políticos estão apoiando a grilagem destas áreas, incentivando até a sua transformação em distrito (que já tem até nome: Paraíso da Terra), com o único objetivo de angariar votos para as próximas eleições.

O senador Odacir Soares, do PFL de Rondônia, já man-

dou distribuir panfletos informando sua audiência com o presidente Sarney e seu pedido de redução da área dos Zoró.

A partir de 1980 começaram a ocorrer mortes e conflitos entre os índios Uru-eu-au-au dentro de sua reserva no município de Ariquemes, onde o Inca oficializou a invasão de colonos no Projeto Burareiro. Em 1986 o então chefe do escritório de representação de Rondônia em Brasília, coronel Carlos Godoy, levou ao Ministério da Justiça e Casa Militar documento pedindo a revogação do decreto de criação do Parque Nacional dos Pacas Novos. Ele alegava que "somente o passionalismo ou pressões de organismos internacionais, como o Banco Mundial que fez chantagem ao Polonoeste, e gringos indigenistas ousariam submeter à sansão presidencial um decreto cheio de impropriedades. Dizia, ainda, que em 1985 o próprio governador Angelo Angelin estivera em Brasília, na presidência da República e na Funai para pedir a revogação da determinação do governo federal.

De acordo com o coronel Godoy a área foi ampliada de 879.900 hectares para 1 milhão 888 hectares. Várias tentativas para confundir a opinião pública vêm sendo feitas em cima desse falso argumento. Na realidade não ocorreu tal ampliação do território indígena e sim a criação do Parque Nacional dos Pacas Novos, em terras habitadas pelos índios Uru-eu-au-au desde tempos imemoriais - bem anterior ao Projeto Burareiro, portanto.

Certos políticos mencionam que é descabida a ideia de se retirar os colonos dos 18 mil hectares que ocuparam na área dos índios. Porém, bem menos



Arquivo: Índios Kaiapos, aldeia Gorotire - PA.

cabível é a permanência de milhões de hectares nas mãos de latifundiários e, ainda, a recusa destes mesmos políticos em aprovar propostas de emendas populares em favor da reforma agrária, com mais de um milhão de assinaturas, na Constituinte.

Esses políticos inescrupulosos querem dividir a terra dos índios mas manter as suas próprias e comungar com os interesses da União "Democrática" Ruralista - UDR - que jorrou dinheiro no último pleito para garantir a eleição de seus fiéis representantes.

É ridículo acreditar que homens como o senador Olavo Pires e deputados federais Assis Canuto e Francisco Sales - que, segundo a própria imprensa, foram eleitos com o dinheiro da UDR - estejam interessados no bem-estar dos colonos quando ocupam a tribuna do Congresso Nacional pedindo a redução das terras indígenas. Queremos vê-los no mesmo discurso inflamado, pedindo a divisão das terras dos senhores Alysson Paulinele, Grupo Camargo Correia, Sebas-

tião Terboy, Aristides Melo e outros proprietários de latifúndios, onde, inclusive, já foi constatada a escravidão de trabalhadores.

Somente vamos acreditar nas intenções destes políticos vendo-os dar o seu voto favorável aos milhões de famílias sem terra, no próprio chão.

Não conseguiremos a independência do país espoliando as terras dos índios, mas com a divisão real das fazendas improdutivas, com uma política agrícola decente. A violência urbana e rural não pode ser combatida com mais violência, com a impunidade dos crimes cometidos contra colonos, índios e trabalhadores das cidades, mas sim com a divisão da renda nacional, com educação para todos, moradia, saúde e transporte dignos para nosso povo.

Geraldo Pastana
Secretário Agrário Nacional